

ATA DA XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e oito de novembro de 2005, no Auditório 1 do IBAMA Sede – Brasília/DF, instalou-se a XIV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), Secretário Executivo do CNRH, iniciou os trabalhos desejando um bom dia e externando sua satisfação em receber a todos. A seguir, convidou o Sr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do MMA, para compor a mesa e concedeu-lhe a palavra. O Sr. Cláudio Langone, após as saudações, destacou a realização desta XIV Reunião Ordinária num momento importante no âmbito da discussão da agenda internacional e suas interfaces relacionadas à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Lembrou a recente oportunidade de levar à Conferência das Partes o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação, detentor de um papel extremamente destacado nesse evento e protagonista de um dos seus momentos mais importantes, sob o ponto de vista político: a assinatura de um memorando de entendimento com as principais organizações internacionais para a implementação de programas de combate à desertificação. Ressaltou a participação do Brasil na Conferência das Partes sobre mudanças climáticas, também com interfaces importantes sobre o tema recursos hídricos, na condição de líder na apresentação de projetos relacionados aos mecanismos de desenvolvimento hídrico. Demonstrou esperança de que no Fórum Mundial das Águas, a ser realizado em março, na cidade do México, fosse conseguida uma posição de destaque no sentido de configurar a liderança do Brasil na região. Destacou também a realização da Conferência das Diversidades Biológicas, em Curitiba, a ser realizada no Brasil treze anos após a Rio92, com a promoção de um debate sobre a sinergia entre essas diferentes convenções no plano internacional. Enfatizou a participação do Secretário de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra, na Reunião de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, assinalando um novo padrão de liderança do Brasil na busca da política integrada de recursos hídricos nessa região. Disse que espera chegar ao Fórum Mundial das Águas com essa iniciativa validada, a partir da indicação formal deliberada no Fórum de Ministros da América Latina e Caribe. Prosseguiu informando a abertura do Seminário do Plano Nacional de Recursos Hídricos e convocou a todos a envidar esforços no sentido de concluir esse processo, para engrandecer a participação do País no Fórum Mundial das Águas, no México, munido desse importante instrumento, objeto de deliberação da I Conferência Nacional de Meio Ambiente, em 2003. Considerou importantes os debates previstos para esta reunião do CNRH, como a proposta de resolução para implementação do instrumento cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, nesse momento em que estaria resolvida a questão do contingenciamento orçamentário, muito demandada pelo CNRH, com a alocação de um mecanismo de blindagem dos recursos da cobrança na proposta orçamentária a ser votada brevemente no Congresso. Ressaltou também a importância da discussão sobre a integração dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, considerando os esforços desenvolvidos nos últimos dois anos no âmbito do MMA para o diálogo e o aperfeiçoamento desses mecanismos no Brasil, sobretudo em relação aos grandes empreendimentos de infra-estrutura. Disse ter a visão muito clara da necessidade de se avançar nesse processo, no sentido da consolidação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídrico – SINGREH e do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e da descentralização, dando maior protagonismo aos governos locais. Ratificou a importância desse processo de discussão e integração entre os instrumentos de gestão desses sistemas. Afirmou que o processo de integração do SISNAMA e SINGREH não poderia representar a subordinação entre os sistemas, por ambos possuírem estruturas e lógicas muito importantes e seus instrumentos de gestão ganharem potência se aplicados em conjunto. Julgou importante o seu debate sob uma lógica nacional e não federal, porque os Estados, como entes federados, seriam muito importantes na implementação dessas políticas, particularmente no caso do licenciamento ambiental, onde a grande massa estaria ali concentrada. Afirmou que apesar da dominialidade definida para a União ou Estados, os rios cortam os Municípios, detentores de um importante instrumento de gestão, o uso do solo, a ser considerado no âmbito dos planos de recursos hídricos, devendo se relacionar fortemente com as suas estratégias de construção. Ressaltou a importância dessa discussão e destacou a criação, pela Ministra Marina Silva, do Grupo de Trabalho no Âmbito do MMA para propor mecanismos de integração entre os dois Conselhos permitindo que o fluxo dessa integração, como as reuniões conjuntas de câmaras técnicas, tivesse seu espaço formal de discussão. Salientou o debate sobre a resolução de outorga para a atividade da mineração e a interface existente com a discussão no CONAMA. Relatou também os passos e avanços necessários para a consolidação do SINGREH, com um importante debate em torno da reformulação da composição do CNRH. Declarou que a Ministra Marina Silva estaria empenhada em efetivar essa decisão, nesse momento em que se aproxima a renovação dos mandatos dos conselheiros, a fim de consolidar essa reestruturação e possibilitar uma

maior participação dos segmentos usuários e da sociedade civil. Informou, ainda, o propósito de que na próxima reunião do CNRH, em dezembro, fosse possível a apresentação dos volumes I, II e III do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que permitiria ao Brasil solidificar o seu protagonismo na construção da gestão de recursos hídricos, que proporcionaria uma repercussão muito grande e positiva. Convidou a todos a participar da II Conferência Nacional do Meio Ambiente – II CNMA, destacando suas Conferências Estaduais, marcadas pela dinâmica de um processo muito novo. Reportou-se à I CNMA, quando foi detectada a falta de experiência e a importância na integração do SINGREH e SISNAMA, para questionar as alegações de que as suas resoluções não teriam sido implementadas, porque os avanços obtidos na implementação dos instrumentos são palpáveis e deveriam ser reconhecidos por todos, uma condição para a identificação dos passos seguintes para a implementação desse sistema. Enfatizou que chegar à II CNMA com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, um dos planos mais importantes do contexto internacional pelas peculiaridades do Brasil e pelo processo participativo de sua construção, seria a demonstração inequívoca que o setor de meio ambiente e recursos hídricos do Brasil tem musculatura, maturidade e visão da sua importância para a estratégia de desenvolvimento do País. Finalizou referindo-se às discussões desta XIV Reunião Ordinária, nesse momento e nesse contexto histórico, com os avanços conseguidos de maneira participativa e o estabelecimento de pactos importantes entre os segmentos da sociedade, a fim de consolidar institucionalmente a visão do Estado Brasileiro e não a visão episódica de uma gestão ou de um Governo. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu a participação do Sr. Cláudio Langone e aproveitou a oportunidade para exortar a participação dos Conselheiros do CNRH, na sua condição de delegados natos, da II CNMA, de 10 a 13 de dezembro próximo, assim como à reunião do CNRH prevista para o dia 20 de dezembro, quando se iniciaria o processo de discussão do PNRH. A seguir, convidou o técnico Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) para integrar-se à mesa e auxiliar no andamento dos trabalhos da reunião. Solicitou a verificação de quorum para início dos trabalhos deliberativos da reunião e, após a confirmação, deu continuidade, passando a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA), para a leitura dos informes, procedimentos regimentais e anúncio dos novos membros do CNRH, que foram os seguintes: o Ministério do Desenvolvimento Agrário indicou o Sr. Evangelista Rodrigues Carneiro, como Conselheiro Suplente; o Ministério da Fazenda indicou o Sr. Ernani Lustosa Kuhn, como Conselheiro Titular e o Sr. Eugênio Messer Rybalowski, como Conselheiro Suplente; o Ministério da Educação indicou o Sr. José Leitão de Albuquerque, como Conselheiro Titular e o Sr. Franklin Costa do Nascimento, como Conselheiro Suplente; o Ministério da Defesa indicou o Sr. Pedro Theophilo Gaspar de Oliveira Filho, como Conselheiro Titular; o Ministério do Meio Ambiente indicou o Sr. Júlio César de Sá da Rocha, como Conselheiro Titular, e o Sr. Roberto Messias Franco, como Conselheiro Suplente; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indicou o Sr. Jairo Klepacz, como Conselheiro Titular; a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca indicou o Sr. Marcelo Barbosa Sampaio, como Conselheiro Titular; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso indicou o Sr. Marcos Henrique Machado, como Conselheiro Suplente e, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina indicou o Sr. Bráulio Barbosa, como Conselheiro Suplente. Terminada a leitura, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) declarou empossados os novos conselheiros, saudando-os e desejando-lhes boas vindas. A seguir, indagou se existiria alguma matéria de urgência ou a ser retirada de pauta. Não havendo retirada de pauta, anunciou a existência de cinco requerimentos de urgência (**Anexo I**), listando-os e submetendo-os, individualmente, à aceitação do Plenário. Com a aprovação unânime de todos os requerimentos de urgência, retornou, então, a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) para leitura da nova Ordem do Dia. Após a leitura, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) concedeu a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) que interpôs questão de ordem e sugeriu inversão de pauta passando o item “2.7” para “2.5” e a renumeração dos demais. Submetida ao Plenário, a proposta de inversão foi aprovada e a nova Ordem do Dia foi definida da seguinte forma: 1. Aprovação da Ata da XIII Reunião Ordinária do CNRH; 2. Deliberação sobre propostas de Resolução: 2.1. Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água; 2.2. Aprova os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; 2.3. Delega competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; 2.4. Cria o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; 2.5. Estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira; 2.6. Estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os

de licenciamento ambiental – apresentação dos pareceres; 2.7. Estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração – PUA; 3. Deliberação sobre proposta de Moção que recomenda a órgãos e entidades ações para fomentar a integração das políticas públicas de recursos hídricos, florestais e de conservação de solos; 4. Apresentação sobre o Projeto Deltamérica – Sr. Gilberto Canáli – SRH/MMA. Em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) encaminhou os trabalhos para a discussão do **Item 1 - Aprovação da Ata da XIII Reunião Ordinária do CNRH (Anexo II)**. A Sra. Ninon Machado (ONGs) saudou a locução do Secretário Executivo do MMA e afirmou a importância do empenho de todos para a participação do Brasil no IV Fórum Mundial da Água. Teceu elogios à qualidade da ata apresentada e solicitou correções na linha 246, substituindo-se “*faria*” por “*para*” e “*conexão*” por “*articulação*”. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) solicitou alterações nas seguintes linhas: 176, substituindo-se “*impedimentos*” por “*conflitos*”; 177/8 substituindo-se “*manifestação prévia*” por “*licença ambiental*”; e, 215/6, substituindo-se “*Decreto nº 99.274*” por “*os art. 4 e 5 da própria proposta de resolução*”. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu a participação das Conselheiras e, não havendo mais manifestações, submeteu a ata da XIII Reunião Ordinária do CNRH à deliberação do Plenário, com a aprovação unânime dos seus membros, com as alterações solicitadas (**Anexo III**). Prosseguiu para o **Item 2.1 - Proposta de resolução que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reúso direto não potável de água (Anexo IV)**, convidando o Sr. Demetrios Christofidis (Min. da Integração Nacional), Presidente da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT, para encaminhar a matéria. O Sr. Demetrios Christofidis (Min. da Integração Nacional) cumprimentou a todos, informou a discussão desse assunto durante quatro anos na Câmara Técnica, a criação de um grupo de trabalho, sob a coordenação do representante do Min. da Saúde/FUNASA e grande participação da Agência Nacional de Águas - ANA. Informou que uma discussão mais recente do tema teria envolvido a CT de Águas Subterrâneas – CTAS e da CT de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, sendo consolidada na FIESP com uma participação ampla do setor industrial e a conclusão nas duas últimas reuniões da CTCT. Observou que o reúso já seria uma realidade no País e a intenção da proposta seria tornar melhor o acompanhamento desse processo, para a obtenção de uma resolução mais enxuta e objetiva. Comentou a trajetória de insustentabilidade levantada na reunião de Haia, ocorrida em 2000, que demonstrou a dificuldade existente na área de saúde, pela falta de abastecimento de água potável para uma população de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas e pela falta de acesso a um sistema seguro de saneamento básico para o dobro desse contingente. Julgou essas informações importantes no tratamento da questão do reúso, porque auxiliaria a valorizar as águas, mesmo usadas, para atividades que não necessitassem de água potável. Projetou o momento seguinte retratado pela crise do amanhã, baseada na questão da água para produção de alimentos, considerada prioritária na verificação das condições daqueles países sem dotação suficiente para esse objetivo. Confirmou a evolução ocorrida a partir da Constituição de 1988, onde a forma de trabalhar a água de modo fragmentado cedeu espaço para um modelo mais ordenado, sob o ponto de vista de integração, com a criação de diversos parlamentos da água nas bacias hidrográficas, a elaboração do Plano Nacional e de diversos planos de bacias, observadas a oferta e a demanda. Declarou que fatos advindos com a Lei nº 9.433, de 1997, como a criação desse CNRH e da ANA, seriam os pontos balizadores da resolução proposta. Constatou as diversas possibilidades na melhoria de oferta de água, a partir da eficiência e eficácia, da prática da reciclagem, do reúso e outros meios de se alcançar o caminho do desenvolvimento sustentável buscando uma situação mais cômoda no futuro. Apresentou e teceu comentários ao texto da resolução. Afirmou que a proposta pretendia orientar o que estaria sendo realizado no País, levando-se em consideração os aprofundamentos existentes nos estados, como São Paulo, detentor de legislação sobre o assunto. Concluiu agradecendo a todos pela atenção e oportunidade. Terminada a apresentação, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) parabenizou o Sr. Demetrios Christofidis (Min. da Integração Nacional) e disse que teria testemunhado o trabalho desenvolvido na Câmara Técnica. Encaminhou para a discussão da matéria. O Sr. Walder Suriani (Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário) expôs suas dúvidas quanto à proposta, consubstanciadas nos seguintes pontos: se os padrões definidos no inciso III do art. 2º que dispõe sobre a definição de água de reúso atenderiam aos padrões exigidos para sua utilização nas modalidades pretendidas; se os órgãos competentes estariam devidamente definidos no §2º do art. 3º; sobre as diretrizes, critérios e parâmetros específicos para a modalidade de reúso; e, sobre o art. 5º, que trata da atividade de reúso, se implicaria na alteração da vazão outorgada, que no caso específico do reúso seria a redução, mas que, entretanto, o termo *alteração* permitiria interpretar como aumento. O Sr. Demetrios Christofidis (Min. da Integração Nacional) considerou as indagações pertinentes à área de saúde. Na primeira questão, relativa ao inciso II do art. 2º, respondeu que as definições existiriam hoje em alguns setores e seriam padronizadas a partir da

publicação da Resolução. Na segunda questão, respondeu que os órgãos federais e estaduais abrangidos pela Resolução deveriam definir as diretrizes, critérios e parâmetros, em conjunto, de forma que não se antecipassem situações merecedoras de um maior aprofundamento. Para a indagação sobre o art. 5º, esclareceu as combinações possíveis para as alterações de qualidade e de quantidade, bem como as suas necessidades de adequação. O Sr. Sanderson Leitão (Min de Ciência e Tecnologia) solicitou esclarecimentos sobre a definição de reúso direto e indagou se poderia ser entendido como o consumo de esgotos e efluentes sem tratamento. Propôs a inclusão de considerando nesta e nas demais deliberações do CNRH, quando cabível, de menção à Década Brasileira da Água. O Sr. Demetrios Christofidis (Min. da Integração Nacional) explicou os aspectos da questão relacionados à necessidade ou interesse de cada uso e das diversas fontes de fornecimento a serem escolhidas. O Sr. Walder Suriani (Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário) replicou afirmando que a questão relativa ao art. 5º persistiria, no tocante a revisão da redação quanto a necessidade de água e pedido de nova outorga. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) sugeriu e obteve concordância para o encaminhamento dessa questão e da menção à Década da Água à CONJUR, quando da revisão final na redação da Resolução. Não havendo mais manifestações, submeteu a proposta de Resolução à deliberação do Plenário, ocorrendo a sua aprovação, conforme o **Anexo V**. A seguir, convidou o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) para encaminhamento do **Item 2.2 - Proposta de resolução que aprova os mecanismos e os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Anexo VI)**. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) desejou bom dia a todos e externou sua satisfação em ouvir no pronunciamento do Sr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do MMA, a decisão de se proceder a reestruturação na composição do Conselho, reivindicação antiga do segmento por ele representado. Disse sentir-se honrado no encaminhamento dessa matéria que trata do início da cobrança pelo uso da água nas bacias do Comitê PCJ. Lembrou que este fora o primeiro Comitê instalado no Brasil, em 1993, no Estado de São Paulo, inicialmente com a participação de 57 municípios, servindo de modelo para a implementação da política estadual e dos demais comitês lá envolvidos. Informou a composição do Comitê Federal, atualmente com 64 municípios, 60 em São Paulo e 4 em Minas Gerais. Pela vivência adquirida, disse conhecer o intenso debate realizado no âmbito regional e também no encaminhamento ao CNRH, especificamente na CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB e na CTIL, o que tornaria essa matéria de suma importância e madura para a deliberação. Anunciou a presença dos diretores do CBH-PCJ, o seu Presidente, Sr. José Roberto Tricoli, Prefeito Municipal de Atibaia, e o Vice Presidente, Sr. Eduardo Paschoalotti. Fez também referência às administrações anteriores quando fora iniciado o trabalho e o encaminhamento do Consórcio PCJ para o exercício da função de entidade delegatária de funções de Agência de Bacia, cuja história de grandes feitos antecederia à criação do Comitê. A seguir, passou a palavra ao Sr. Patrick Thomas (ANA) para exposição dos aspectos técnicos da matéria. O Sr. Patrick Thomas (ANA) enfatizou sua oportunidade de acompanhar o processo de discussão da deliberação de cobrança enviada ao CNRH. Destacou o exaustivo trabalho desenvolvido entre agosto de 2004 e outubro de 2005, com a realização de 17 reuniões no CBH-PCJ, 3 oficinas na bacia, 3 reuniões da CTCOB e 2 reuniões na CTIL. Lembrou a deliberação do CBH, de 21 de outubro de 2005, e o encaminhamento ao CNRH, que teria solicitado à ANA a elaboração de estudos, consolidados na Nota Técnica ANA nº 476, de 16 de novembro, para subsidiar as Câmaras Técnicas e os Conselheiros na discussão da matéria. Expôs detalhadamente as análises efetuadas nas bases de cálculo, nos coeficientes específicos para o setor agrícola, nos critérios específicos de multas, juros e parcelas. A seguir, abordou as análises e seus resultados quanto aos valores propostos para captação, consumo, lançamento de DBO e transposição de águas para outras bacias. Disse que a arrecadação potencial da cobrança estaria estimada em R\$20milhões/ano, que distribuídos na proporcionalidade prevista para os três primeiros anos e considerada a inadimplência, resultaria num potencial real de arrecadação, no primeiro ano de cobrança, de R\$11milhões. Considerou aceitáveis os resultados da análise de impactos sobre os usuários, de acordo com as simulações para os setores de saneamento e irrigação. Destacou as discussões no grupo de trabalho do Comitê e as simulações realizadas pelos setores usuários, concluindo que os valores propostos teriam sido pactuados entre os usuários da bacia hidrográfica e aprovados pelo Comitê, portanto, perfeitamente compatíveis. Prosseguiu relatando a comparação dos valores arrecadados com as necessidades de investimento na recuperação da bacia, obtendo-se 9% no 1º ano e 15% no 3ºano, quando a progressividade dos valores atingiria 100%. Discorreu sobre a análise de sustentabilidade financeira da agência de bacia, com base no limite de 7,5% determinado pela Lei nº 9.433, de 1997, com gastos no custeio administrativo, e verificou um montante de R\$820mil/ano, suficiente para o atendimento das necessidades iniciais. Concluiu com a recomendação, contida na Nota Técnica, pela aprovação da

proposta de Resolução, diante dos resultados apresentados pela análise. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) passou à discussão da proposta. O Sr. Flávio Neiva (Concessionárias de geração de energia hidrelétrica) disse não ser contra a proposta apresentada, mas questionou uma insegurança jurídica em relação à cobrança às PCHs. Lembrou que na fixação dos 6% da compensação financeira fora estabelecida a isenção para as PCH com capacidade menor ou igual a 10MW, de acordo com o art. 4º da Lei nº 7.990, de 1989, textualmente por ele lido. Informou que, posteriormente, a Lei nº 9.984, de 2000, alterara esse valor para 6,75%, em seu art. 17, também lido textualmente, e, no §2º referente ao 0,75%, o caracterizava como pagamento pelo uso de recursos hídricos. Deduziu que isso deixaria a entender que os 0,75% seriam parte integrante da totalidade da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos, da qual as PCHs estariam isentas. Informou que a AGU, ANA e ANEEL teriam estudado a matéria e propôs a supressão do art. 6º do Anexo I. Reforçou a sua proposta citando o art. 52 da Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe *“enquanto não estiver aprovado e regulamentado o PNRH, a utilização dos potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica continuará subordinada a legislação setorial específica”*, o que fundamentaria a sua proposta de supressão. O Sr. José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) observou o Parágrafo único do art. 6º relacionado à devolução de recursos arrecadados por cobrança indevida ou pagamento a mais, corrigida pela taxa SELIC. Sugeriu a sua adequação ao texto encaminhado anteriormente, que adotaria *“por cobrança indevida”*, e uma regulamentação posterior para o caso de pagamento a mais ou outro motivo diferente de cobrança indevida. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) reportou-se à sua participação nos debates realizados nas Câmaras Técnicas e testemunhou as longas horas de discussão sobre o assunto. Destacou o inciso I, art. 11, do Anexo I, sobre mecanismos diferenciados, lendo-o textualmente. A seguir, relacionou-o ao inciso II que define as condicionantes aos usuários e ao inciso III que diz *“o usuário poderá pleitear o abatimento do valor devido em um exercício”*, o que deixaria a entender que o usuário poderia recorrer todo ano. Recomendou a supressão do termo *“anualmente”* do inciso I, que daria mais clareza ao mecanismo de incentivo oferecido, sem alterar o conteúdo da proposta. Frisou o processo de implementação dos instrumentos de gestão por meio dos Comitês, sendo o CBH-PCJ o segundo a encaminhar sua proposta de mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água para apreciação do CNRH. Como participante ativa do CEIVAP, assentiu o aprendizado no exercício da implementação dos instrumentos, dizendo que o CBH PCJ também experimentaria, desejando todo sucesso. Disse contar com o compromisso do Comitê de supressão das assimetrias existentes atualmente, apesar de reconhecer o início do processo e o mecanismo de revisão após os dois primeiros anos. Referiu-se ao reconhecimento expresso na Nota Técnica da ANA, que ressaltava a alta eficiência de tratamento de efluentes das indústrias localizadas na bacia, enquanto o tratamento de esgotos domésticos atingiria apenas 16%. Disse que a indústria gostaria do reconhecimento do esforço em relação ao trabalho desenvolvido para fechamento de seus circuitos de refrigeração, de recirculação de água e no tocante à questão de lançamento de carga orgânica. Pleiteou a revisão da assimetria criada pelo ônus do lançamento absoluto e total da carga orgânica e não do que efetivamente o usuário agregou, porque, segundo seu entendimento, isso não representaria incentivo à gestão e à ação do usuário. Concluiu solicitando ao Comitê a reconsideração dessa questão, por ocasião da revisão. O Sr. Fábio Ahnert (CERH-ES) concedeu a palavra à Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) que abordou a cobrança pelo uso da água incidente sobre o setor hidrelétrico e em especial às PCHs. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) informou que, no CEIVAP, o único usuário do segmento sobre o qual incidiria a cobrança, efetuava o pagamento em juízo. Atribuiu o problema ao vácuo existente na legislação e solicitou ao CNRH, enquanto formulador de política, que se debruçasse sobre a questão, juntamente com a ANA e a ANEEL. O Sr. Francisco Lahóz (Consórcios) disse que, na sua condição de membro do CBH PCJ, teria vivenciado o processo desde 1989 e atestou o amadurecimento adquirido por meio das negociações e do respeito mútuo entre os segmentos. Declarou que fora acordado, nas reuniões da CTIL e CTCOB de João Pessoa, o texto do art. 6º e seu parágrafo único apresentados, que respeitariam a postura e a vontade dos usuários da bacia hidrográfica, motivo pelo qual propôs a sua manutenção. O Sr. Oscar Cordeiro (ANA) passou a palavra ao Sr. Ademar Veiga (ANA) para que esse se manifestasse sobre o art. 6º. O Sr. Ademar Veiga (ANA) assegurou ser do conhecimento de todos o posicionamento conclusivo adotado pela Agência a respeito dessa questão. Lembrou o entendimento de que os fatos geradores dos encargos compensação financeira e pagamento pelo uso dos recursos hídricos seriam completamente distintos, conforme pareceres enviados ao MMA e AGU. Referiu-se à ação impetrada pela CEMIG na Justiça Federal de Minas Gerais e a sentença de 1º grau dispondo que os 0,75% não se tratariam de compensação financeira, mas pagamento pelo uso da água. Informou sobre os contatos mantidos com a procuradoria Geral da ANEEL para uma conclusão comum para a questão, razoável e adequada ao sistema jurídico vigente. Considerou a proposta do CBH PCJ bastante cautelosa, inclusive o

Parágrafo único, capaz de proporcionar a segurança necessária para a deliberação do CNRH, ao condicionar a cobrança das PCHs a uma definição normativa no âmbito do Governo Federal. Concluiu afirmando que não haveria a necessidade de exclusão do art. 6º, porque a cobrança não seria realizada antes dessa definição. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) enfatizou o retorno desse assunto depois de ser discutido e deliberado pela pertinência da cobrança no âmbito do CEIVAP. Tecnicamente, considerou as explicações do Sr. Ademar Veiga (ANA) suficientes ao esclarecimento da questão. Alertou para que não houvesse confusão entre a isenção de compensação financeira, da Lei nº 7.990, de 1989, e a isenção de pagamento pelo uso de recursos hídricos, definida na Lei nº 9.433, de 1997. Afirmou que todos seriam passíveis de cobrança e que, para esse caso específico, as PCHs estariam isentas da compensação financeira devido às suas características físicas, quando comparadas às grandes centrais hidrelétricas, sem significar isenção do pagamento pelo uso da água. Advertiu que as Leis nº 9.433, de 1997 e nº 9.984, de 2000, mencionam que a compensação constitui “*pagamento pelo uso da água*” e não “*o pagamento pelo uso da água*”, levando a entender que se poderia cobrar das hidrelétricas, se fosse o caso, outro valor além da compensação, o que se aplicaria também às PCHs. Destacou ainda o efetivo pagamento das hidrelétricas pelo uso da água e apontou o risco de se criar uma distorção no mercado de hidreletricidade ao isentar as PCHs desse pagamento. Destacou a deliberação do Comitê de incluir nesse artigo a atribuição aos órgãos competentes, ANA e ANEEL, da definição que permitiria o início da cobrança pelo uso da água às PCHs. Concluiu ratificando o entendimento pela manutenção do artigo 6º, considerando a decisão de postergar o início da cobrança tomada pelo Comitê e acatada pela CTIL. O Sr. Walder Suriani (Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário) disse que o motivo da sua manifestação não seria a abordagem específica da resolução e sim do tema, tão mais importante quanto mais efetivo for o instrumento. Sugeriu para as próximas análises e definições de tarifação da cobrança que se iniciasse pelo estabelecimento de um critério comum de não engessamento, mas de pressupostos básicos para facilitar a cobrança e também a discussão da matéria no CNRH, levando-se em conta as especificidades das bacias, mas com a prevalência da regra geral. Sobre penalidades, relatou que a experiência vinha mostrando a relação existente entre a sua falta e o aumento exagerado da inadimplência. Disse entender que a efetividade da cobrança seria tanto maior quanto maior fosse o limite de sua abrangência, referindo-se ao anseio de pagamento por todos os usuários. Sugeriu que se pensasse na possibilidade de restrição do consumo por inadimplência, mediante o estabelecimento de critérios a serem analisados futuramente. O Sr. Eduardo Paschoalotti (Indústria) procurou transmitir tranquilidade aos Conselheiros para a votação da matéria, destacando a discussão da deliberação na câmara técnica do Comitê, durante um ano e meio, além da CTCOB e CTIL. Frisou a condição apresentada no Parágrafo único do art. 6º, motivo pelo qual solicitou a manutenção de todo o art. 6º. Ressaltou as várias reuniões realizadas pelo setor industrial, envolvendo as trinta maiores indústrias na bacia, representantes de 95% do consumo de água do segmento, convergindo pelo apoio à proposta de Resolução. O Sr. Fábio Sales Dias (Concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica) contestou a definição de 1% adotada no art. 6º, Anexo I. Observou que o Parágrafo único poderia resolver a questão da cobrança às PCHs condicionada a um instrumento normativo. Passou a palavra ao Sr. Décio Michellis (Concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica) que apresentou dois esclarecimentos em relação ao pronunciamento do Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA). Primeiro, informou o debate sobre o assunto na Oficina da CTCOB realizada em Belo Horizonte, há três anos, inclusive se a questão da ausência do artigo “o” se configuraria ou não como pagamento total. Segundo, informou que as PCHs representariam menos de 2% do potencial nacional de energia hidrelétrica e só existiriam pelo forte subsídio recebido para sua operação. Concluiu afirmando que esse artigo não asseguraria a simetria de tratamento, ou seja, na verdade embutiria uma assimetria quando estabelecia o percentual de 1%. Considerou que a previsão de 6,75%, sem a dissociação dos 0,75% do restante, portanto a proposta de 1%, enfim um desestímulo a essa importante fonte alternativa. Após as manifestações, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) encaminhou a proposta de Resolução à deliberação dos Conselheiros, ressaltados os quatro destaques apresentados. A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Passou então à discussão dos destaques. O primeiro, do Sr. José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa), acrescentar “*por cobrança indevida*” no texto do Parágrafo único, art. 6º, foi aprovado. O segundo, do Sr. Flávio Neiva (Concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica), para a “*supressão do art. 6º do Anexo I*”, foi recusado. O terceiro, do Sr. Fábio Sales Dias (Concessionárias), propondo “*a retirada do valor 0,01 para o k adotado*” e incluir no parágrafo único “*o k de geração e a implementação efetiva da cobrança de que trata este artigo dependerá de ato normativo da autoridade federal*”, foi recusado, permanecendo o texto original. O quarto destaque, da Sra. Cristina Yuan (Indústria), suprimir a palavra “*anualmente*” do inciso I, artigo 11,

foi aprovado. Concluída a votação, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) declarou aprovada a cobrança nas bacias do CBH PCJ, com os destaques aprovados, conforme o **Anexo VII**. Passou ao **Item 2.3 - Proposta de resolução que delega competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de funções inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Anexo VIII)**. Convidou o Sr. Carlos Alencastre (Comitês) para o encaminhamento da matéria, que declinou do convite, por tê-lo abordado anteriormente. Assim, passou-se diretamente à discussão do tema e não havendo nenhuma manifestação dos Conselheiros, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu a proposta de Resolução à deliberação do Plenário, com a sua aprovação unânime, na forma do **Anexo IX**. Encerrada esta etapa, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) cumprimentou as Câmaras Técnicas, o CBH PCJ a ANA pelos trabalhos realizados, representando um avanço conquistado no processo de implementação dos instrumentos previstos na Lei. A seguir, passou ao **Item 2.4 - Proposta de resolução que cria o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Anexo X)**, convidando o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, para apresentar a proposta. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) reputou o assunto de extrema importância para a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SINGREH. Ressaltou o sentimento percebido na SRH/MMA da necessidade de acompanhamento sistemático da implementação do SINGREH, seu registro histórico, como forma de preservar a memória das ações e atividades realizadas, e a aferição da efetividade do próprio Sistema. Mencionou a existência de mais de cem comitês instituídos no Brasil e indagou sobre o conhecimento de seu funcionamento e se estariam realmente atendendo aos objetivos a que foram criados. Destacou também a necessidade de monitoramento da aplicabilidade das resoluções do CNRH. Relatou a condução do assunto na CTIL, a partir do Grupo de Trabalho que analisou a questão e concluiu pela proposta de criação do GT proposto. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu ao Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) e concedeu a palavra à Sra. Patrícia Boson (Indústria) para suas considerações. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) observou que, independente da importância do assunto, gostaria de obter alguns esclarecimentos sob o ponto de vista legal e também sobre o melhor formato para esta proposta. Reportou-se ao Regimento Interno que determinaria a criação de grupo de trabalho, composto de especialistas, para o esclarecimento de matéria determinada. Classificou a proposta em questão como fora desse enquadramento, por se tratar de acompanhamento e configurar-se como atividade permanente. Prosseguiu fazendo menção aos parágrafos 2º e 3º, art. 33, do Regimento Interno, que determinariam a definição de cronograma e data de encerramento no ato de instituição dos grupos de trabalho, o que não permitiria a criação de grupo de trabalho permanente. Destacou considerar o acompanhamento da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos uma tarefa de todos conselheiros e, como tal, preservaria seu direito de fazê-lo. Questionou ainda como seria o acompanhamento da implementação dos instrumentos, motivo de trabalho das respectivas câmaras técnicas, que não estariam contempladas na proposta de resolução. Entendeu como atribuição da CTIL a criação do GT em seu âmbito, sem a necessidade de um grupo permanente. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse discordar de sua antecessora, considerando proposta anterior de sua autoria, apresentada em 2004, no sentido de que o Conselho se empenhasse em uma reflexão das suas atividades e respectivos resultados. Sobre o acompanhamento, observou que além da obrigação de todos, com a qual concordou plenamente, haveria a necessidade de um comprometimento maior e mais assíduo de trabalho, para a formulação de indicadores, metodologias e outros documentos, que demandaria mais perícia em sua execução. Disse que o Regimento Interno não proibiria a criação de grupos de trabalho permanentes, sendo omissos sobre a questão. Solicitou ao Plenário a reflexão de suas observações e a aprovação da proposta, da maior oportunidade. O Sr. José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) externou também suas dúvidas relacionadas à pertinência de criação do Grupo. Considerou a proposta de acompanhamento necessária e declarou que durante a realização do XVI Simpósio da ABRH fora percebida essa necessidade de avaliação do Sistema, concebido em bases conceituais. Caracterizou a idéia como interessante e propôs a realização de uma oficina de trabalho, com a participação de especialistas, para realizar a síntese desse acompanhamento. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) frisou a posição do setor de julgar importantíssimo o trabalho de acompanhamento da implementação da Política e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Julgou pretensioso pensar que um Grupo de Trabalho poderia fazer o que na verdade caberia a todo o Sistema. Além disso, destacou, o Regimento Interno, em seu art. 42, inciso V, atribuiria à Secretaria Executiva essa atividade específica de acompanhamento do Sistema, inclusive de elaboração do relatório anual. Citou o evento da ABRH como um momento onde todos interessados, mesmos aqueles sem a oportunidade de participar do CNRH e suas câmaras, puderam aportar contribuições e perceber os

acontecimentos. Avaliou que um grupo permanente usurpava, de certa forma, a função das câmaras técnicas, atualmente em número de dez, demandando um número extraordinário de reuniões. Considerou interessante a criação do GT, mas com o objetivo de definir critérios e metodologias para o acompanhamento pretendido, dentro de um prazo determinado pela CTIL. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) recordou a apresentação do tema pela técnica Maria Manuela Moreira (SRH/MMA), contendo essa preocupação de acompanhamento, um trabalho em andamento na SRH/MMA. Justificou o encaminhamento dessa proposta como forma de formalizar o trabalho por meio dessa Resolução. Sugeriu que a proposta fosse analisada pela CONJUR/MMA, sob o ponto de vista legal da criação ou não de um grupo permanente. O Sr. Carlos Alencastre (Comitês) propôs o encaminhamento com a supressão de “*em caráter permanente*”, que segundo seu entendimento resolveria a questão. A Sra. Ninon Machado (ONGs) apoiou à proposta do Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), no sentido de obter a manifestação da CONJUR/MM, recomendando sua aprovação condicionada à essa análise. O Sr. Julio Thadeu (SRH/MMA) entendeu ambas propostas como pertinentes, tanto encaminhar para a análise da CONJUR, quanto pela retirada da expressão *permanente*. Ponderou que, se o debate estaria preso a esse aspecto, a CTIL poderia estipular um prazo de quatro anos, renovável, sem nenhum problema, mas a intenção seria dotar o grupo de um caráter sistemático, porque não teria sentido realizar o acompanhamento por um ou dois anos e paralisar o trabalho. Justificou o encaminhamento da proposta ao Plenário como o cuidado da SRH de não executar o acompanhamento unilateralmente, sob o risco de ocorrer alguma distorção de avaliação e tornar-se passível de questionamento por algum segmento não participante do trabalho. Ressaltou que as conclusões do grupo de trabalho seriam encaminhadas à CTIL e ao CNRH, para discussão e avaliação dos resultados. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) replicou afirmando que a questão não se prenderia apenas ao caráter permanente do grupo, da maior necessidade e importância. Enfatizou a clareza dessa atribuição, à Secretaria Executiva do CNRH, no inciso V do art. 42 do Regimento Interno do CNRH. Considerou da maior pertinência a apresentação de critérios, metodologia, mecanismos e alguns indicadores pelo grupo de trabalho, possibilitando aos Conselhos Estaduais o acompanhamento da implementação do sistema e consubstanciando, deste modo, uma atividade técnica a ser aprovada por meio de resolução do Conselho. Protestou favoravelmente pelo respeito ao Regimento Interno, como a única maneira de dar continuidade legal às questões ora propostas. Concluiu ratificando que caberia à CONJUR, órgão de assessoria jurídica do CNRH, a palavra final sobre essa questão e diante das dúvidas suscitadas rogou aos conselheiros a não aprovação da proposta neste momento e a opção pelo encaminhamento à CONJUR, para posterior reavaliação do seu conteúdo e adequação ao Regimento Interno. O Sr. Julio Cesar Rocha (IBAMA) concordou com a proposta de retirada de pauta para as adequações pertinentes, porque existiriam questões de mérito da interpretação jurídica e sob o ponto de vista político o acompanhamento torna-se fundamental, sendo uma das preocupações da câmara técnica ao discutir o tema. O Sr. José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) julgou como decisão mais prudente a retirada de pauta da proposta para posterior discussão porque as dúvidas levantadas não foram devidamente esclarecidas. O Sr. Walder Suriani (Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário) considerou intempestiva a apresentação da proposta pelo fato do acompanhamento abranger também o Plano Nacional de Recursos Hídrico, que sequer fora aprovado, razão pela qual ratificou a sugestão de retirada de pauta, para retorno em uma próxima reunião, com mais elementos para o esclarecimento das dúvidas. Encerrada a discussão, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu à deliberação do Plenário, que aprovou a proposta da Sra. Patrícia Boson (Indústria), para a retirada de pauta e retorno da matéria à CTIL, consulta à CONJUR e demais procedimentos necessários. A seguir passou ao **Item 2.5 - Proposta de resolução que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (Anexo XI)** e convidou o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) para encaminhar a matéria. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) iniciou destacando a concorrência pela participação na referida Câmara. Informou que a criação dessa câmara teria sido motivo de debate em diversas reuniões da CTIL e do CNRH, quando foram expostas as razões da sua necessidade, em função da lacuna existente na Lei nº 9.433, de 1997. Relatou que, após a deliberação pela criação da câmara, o processo foi encaminhado à CTIL para propor a sua composição. Descreveu os procedimentos normais adotados para o preenchimento das 17 vagas e o atendimento dos requisitos básicos previstos no art. 25 do Regimento Interno. Relatou a inscrição de 19 interessados dentro do período estabelecido pelo questionário de consulta e de outros dois segmentos por ocasião da reunião na CTIL, que houve por bem acolher extemporaneamente essas candidaturas, mediante a argumentação da não definição de prazo no Regimento Interno. Disse que após as análises, fora defrinido na CTIL a composição conforme a proposta de Resolução apresentada. Recomendou ao Plenário que deliberasse sobre a composição nesta reunião,

porque não adiantaria postergar uma discussão que impediria a instalação e o funcionamento efetivo desta Câmara. Na discussão da matéria, o Sr. José Leitão (MEC) referiu-se à Comissão Interministerial de Recursos do Mar, no âmbito do Governo Federal, especificamente no Ministério da Marinha. Relatou que os trabalhos desenvolvidos nesse colegiado apontavam na direção da integração das políticas de recursos hídricos e de recursos do mar. Questionou a não inclusão do Ministério da Marinha, através dessa Secretaria Executiva, em substituição ao Ministério de Minas e Energia. O Sr. Carlos Alencastre (Comitês) lembrou a origem da proposta de criação da câmara no Fórum dos Comitês de Bacias. Concordeu plenamente com o posicionamento do Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) da impossibilidade de adiamento do assunto. A Sra. Ninon Machado (ONGs) reforçou a origem da proposta no seio dos Comitês e das ONG's e abordou a proporcionalidade da composição d câmara, destacando a participação do Governo Federal, no máximo, com oito representantes. Declarou que segundo sua contagem haveria um excedente de dois e sugeriu uma reunião entre seus membros para definir quais permaneceriam. Propôs a inclusão da ABRH em uma dessas vagas. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) reconheceu a importância da Câmara e o apoio efetivo do MCT à sua criação, lendo trecho da ata da reunião que deliberou pela criação da câmara. Relacionou adicionalmente os programas e projetos apoiados pelo MCT e fez menção às pesquisas realizadas por suas autarquias, estatais, e institutos, como o CNPQ, INPE, INPA, relacionadas aos sistemas estuários e gestão costeira. Disse entender a impossibilidade de participação de todos, lamentou a composição proposta que excluiu a participação do MCT e questionou a indicação de três representantes do MMA. O Sr. José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) abordou a questão do cumprimento do prazo fixado, porque poderia abrir o precedente para todos se julgarem no direito de pleitear a vaga na reunião de hoje. Quanto à participação do seu segmento, disse não possuir nenhuma dúvida quanto à capacidade técnica de participação do segmento, por meio da ABRH. Quanto à proporcionalidade da representação apoiou integralmente a sugestão da Sra. Ninon Machado (ONG). O Sr. Fábio Ahnert (CERH-ES) manifestou o interesse do CERH-ES em participar como titular, de acordo com os argumentos apresentados e também solicitou um maior detalhamento sobre os critérios utilizados para a distribuição dos Estados e instituições que manifestaram o interesse de participação. Citou os 500 km de extensão da zona litorânea do Estado e o seu grande potencial turístico. Relatou o empenho significativo buscando avançar na integração entre o gerenciamento costeiro e a gestão de recursos hídricos. Referiu-se aos importantes ecossistemas manguesais de relevância nacional abrigados pelo estado e a necessidade de participação de uma forma efetiva, na condição de titular, para discutir temas relacionados à convivência e proteção desses ecossistemas. Informou que o Estado do Espírito Santo apresentaria um enorme potencial para a exploração de petróleo e que isso remeteria à criação de plantas industriais para a produção e tratamento de toda a cadeia produtiva do petróleo, além de outros aspectos. Pelos motivos apresentados, pleiteou uma participação do seu Estado. O Sr. Miguel Antônio Cedraz (MME) fez a intervenção no sentido de defesa do MME, pelo fato do MME promover a gestão da Política Energética Nacional, da Política Nacional de Petróleo e Gás e da Política de Mineração, exatamente três setores estratégicos para o desenvolvimento do País e com íntima relação com a questão dos estuários e da gestão costeira. Afirmou que 80% da produção de petróleo viriam da plataforma continental, que as hidrelétricas construídas próximas à foz dos rios como Xingó e Pão de Açúcar, na bacia do rio São Francisco, possuiriam uma relação direta com a questão e que no setor mineral também ocorreriam outorgas nessa área. Pelos motivos expostos, defendeu a permanência do MME na composição proposta, sem considerar ainda a presença assídua de seus dois representantes no CNRH. O Sr. Hernani Fortuna (Hidroviário) apontou o longo tempo de interação permanente e necessária do Setor Hidroviário com a Autoridade Marítima Nacional exercida constitucionalmente com o Comando da Marinha. Explanou que essas três linhas da ementa de proposta de resolução permeiam todas as expressões do Poder Nacional: a política; a econômico-social, a ciência e tecnologia e, até a militar. Advertiu que na zona costeira nacional, com mais de 4 mil milhas de extensão, o aspecto de defesa tornava-se fundamental, porque a todo momento, até para a preservação dos processos que irão gerir essa proposta de resolução, haveria a necessidade que o Comando da Marinha estivesse inserido na composição da câmara, por meio do Ministério da Defesa, sem considerar a Bacia Amazônica onde estaria concentrado o transporte hidroviário, com suas maiores empresas e as maiores quantidades de cargas transportadas. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) retomou a palavra para propor um encaminhamento visando atender à todas manifestações, relacionando-as: a) da Sra. Ninon Machado (ONGs) e do Sr. José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) para a inclusão da ABRH em uma das vagas do Governo Federal; b) da Sra. Ninon Machado (ONGs) para a redução em uma vaga e definição dos membros do Governo Federal que integrariam a câmara técnica; c) do Sr. Fábio Ahnert (CERH-ES) para a substituição do CERH-MT pelo CRH-ES.

Recomendou a deliberação do plenário pela inclusão da ABRH em uma das vagas do Governo Federal e da troca de um CERH por outro. Quanto à redução de um representante do Governo Federal, sugeriu uma reunião interna entre os interessados para definição de quais órgãos comporiam a câmara técnica e solicitou autorização do plenário para a aprovação *ad referendum* desse resultado. Com a aquiescência de todos, passou-se, então, à deliberação das propostas: a) a inclusão da ABRH em uma das vagas do Governo Federal foi aprovada; b) a autorização do plenário para a aprovação *ad referendum* da definição dos membros do Governo Federal que integrariam a câmara técnica, em reunião entre os onze órgãos do Governo Federal listados na proposta de resolução, observadas as recomendações do Sr. José Leitão (MEC) e Sr. Hernani Fortuna (Hidroviário) de convite ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Defesa (Comando da Marinha) foi aprovada por unanimidade e, para finalizar c) o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) esclareceu que as duplas de CERH's foram estabelecidas em assembléia de seus representantes, quando foram definidos titular e suplente. Informou que a troca seria possível somente com a substituição completa da dupla, assim, a substituição do CERH-PR/MT pelo CERH-ES/MG foi aprovada. Prosseguiu convidando a Sra. Cristina Yuan (Indústria) para encaminhar o **Item 2.6 - Proposta de resolução que estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental – apresentação dos pareceres (Anexo XII)**. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) reportou-se ao parecer (**Anexo XIII**) resultante do pedido de vista da reunião anterior do CNRH destacando que a argumentação estaria fundamentada nos seguintes aspectos: a) sob o ponto de vista legal, no texto da proposta de resolução haveria pontos considerados como extrapolação das competências do CNRH, ou seja, estabeleceria obrigações a órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e também feria, de certo modo, a autonomia dos estados; b) sob o ponto de vista técnico, seria a questão relativa ao prazo de emissão da outorga em relação à emissão da Licença Ambiental. Declarou ter recebido esclarecimentos dos membros da CTPOAR, de que o espírito da resolução pretenderia estabelecer diretrizes para situações específicas, onde a intervenção na implantação de uma determinada atividade ou empreendimento já demandaria o uso de recursos hídricos e, portanto, estaria passível da concessão da outorga antes da Licença de Instalação (LI), quando o caput determina antes da Licença de Operação (LO). Fez ver que, em sua opinião, essa intenção não obteve êxito porque o parágrafo não expressaria isso claramente. Diante disso, sugeriu à câmara técnica autora a revisão do texto e também a supressão do Art. 7º por contrariar os Art. 4º e 5º e a própria Resolução nº 237, do CONAMA, que disciplina a questão da necessidade de concessão da outorga antes da licença ambiental, enquanto o Art. 7º dispõe que poderia ser concomitante, provocando uma certa confusão. Num contexto geral de abordagem, recomendou preservar, no texto da proposta de resolução, a autonomia dos Estados que possuem leis, decretos e resoluções, dos seus respectivos Conselhos, disciplinando a matéria. Pelo exposto, o parecer de sua autoria, cuja cópia certificou-se que todos receberam, sugere a elaboração de um substitutivo, na CTPOAR, para a revisão dos pontos abordados. Lamentou a exigüidade de tempo que impossibilitou a elaboração de uma proposta de texto e solicitou o apoio da CTIL, nas questões de aspecto legal. Solicitou também o envio de moção ao MMA e aos Estados no sentido de haver uma maior integração dos sistemas nacionais de informações das áreas de recursos hídricos e de meio ambiente, que facilitaria sobremaneira o processo de articulação. O Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA) referiu-se ao pedido de vista, motivado pelas dúvidas relacionadas à atuação dos estados no sistema de outorga e de licenciamento. Quanto à integração dos sistemas, observou a existência de ações a serem adotadas pelo CNRH, sem o equivalente referendo do CONAMA. Afirmou que essas dúvidas ainda persistem e consistem na argumentação básica do parecer de sua autoria (**Anexo XIV**) que recomenda o retorno da proposta de resolução às câmaras técnicas, para adequação, porque segundo seu entendimento a questão seria mais de forma do texto do que de mérito do conteúdo, com o qual concordaria. O Sr. Rui Brasil (CERH-SP) observou a recomendação de ambos os pareceres com vistas ao retorno da proposta às câmaras técnicas, CTPOAR e CTIL, com os quais estaria de acordo. Acrescentou que a nova discussão desse assunto pelo Plenário deveria ocorrer na próxima reunião ordinária do CNRH, prevista para meados de 2006. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lamentou a impossibilidade de comparecimento da Presidente da CPOAR, Sra. Leila de Carvalho Gomes, que poderia adicionar esclarecimentos sobre as dúvidas levantadas. Constatou a abordagem de três pontos específicos nas manifestações precedentes e sugeriu a explicitação desses pontos na recomendação de retorno às câmaras técnicas, a fim de não se abrir toda a discussão novamente. Apoiou a sugestão de retorno do assunto na próxima reunião ordinária do CNRH. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) discordou da constatação de seu antecessor, porque a autora do parecer destacou três pontos ao proceder a leitura, mas segundo seu entendimento a abordagem seria geral e não específica. Ressaltou o comprometimento de todos para a construção do melhor, por meio de diálogos com o grupo de trabalho e o processo de

aperfeiçoamento desse conteúdo, que não estaria restrito a três pontos, porque a intenção não seria estabelecer uma camisa de força e sim de uma discussão ampla, sem a interrupção do processo, com o objetivo de propiciar o funcionamento efetivo do sistema, respeitando, principalmente, as questões legais estabelecidas pelo próprio sistema. Pela sua convivência no CONAMA, revelou preocupação com os deliberações que a todo momento ignoram o regimento interno, a legislação e até mesmo a constituição, causando a fragilização do conselho, porque as resoluções aprovadas não encontram respaldo legal e respeito em sua aplicação. Reafirmou que *“estamos todos imbuídos nesse processo, sem medir sacrifícios de horário dias de reuniões, para se construir efetivamente algo que dê certo e possa funcionar”*. Após as manifestações, o Sr. João Bosco (SRH/MMA) submeteu à deliberação os pareceres da Sra. Cristina Yuan (Indústria) e do Sr. Manfredo Cardoso (CERH-BA), que recomendam o retorno do assunto à CTPOAR e CTIL, acrescido do destaque de nova discussão da matéria na próxima reunião ordinária do CNRH, que obteve a aprovação do Plenário. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) passou a seguir ao **Item 2.7 - Proposta de resolução que estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água na Mineração – PUA (Anexo XV)** convidando o Sr. Dário Moraes de Almeida (DNPM/SC) para encaminhar a matéria. O Sr. Dário Moraes de Almeida (DNPM/SC) iniciou esclarecendo que na discussão do Plano de Utilização de Água da mineração deveria ser considerada a rigidez locacional da mina, ou seja, a mina possui local determinado e somente nesse local é possível sua exploração. Explicou que o PUA seria o documento exigido dos empreendimentos minerários sujeitos à outorga de direito de uso de recursos hídricos, para a determinação dos valores a serem outorgados. Prosseguiu informando que o PUA não eximia o empreendedor do cumprimento da sanção aplicável, em especial das legislações ambiental e minerária e que complementaria os planos de aproveitamento econômico, de controle ambiental e de impacto ambiental. Esclareceu também que a proposta de resolução prevê um único ato administrativo para outorga de direito do uso de recursos hídricos em empreendimentos minerários quando possíveis e se existirem ampliações em etapas diferenciadas os atos de outorga serão distintos. Destacou a representatividade do grupo de trabalho que discutiu o assunto até a exaustão, deliberando sempre por consenso. Concluiu apresentando uma síntese dos principais objetivos da proposta: simplificação dos documentos a serem apresentados aos órgãos gestores; flexibilidade no detalhamento exigido, de acordo com as características da mina, localização e do tipo de minério; priorização dos documentos técnicos de recursos hídricos, para não repetir documentos já apresentados anteriormente, como o Plano de Aproveitamento Econômico do DNPM ou os estudos de impacto ambiental dos órgãos gestores de meio ambiente; consideração dos múltiplos usos dos recursos hídricos na área de influência da mina; manutenção da qualidade dos recursos hídricos e, classificação dos empreendimentos em dois portes de acordo com usos e interferências nos recursos hídricos. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) agradeceu ao apresentador e colocou a proposta de resolução em discussão. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) ofereceu algumas contribuições que reputou como simples e sem alterar o conteúdo da proposta, mas sempre no sentido de esclarecer àqueles que possam utilizar ou necessitar aplicar essa resolução. No que concerne à classificação do porte definido no art. 4º, o art. 5º que dispõe *“...para empreendimentos como porte 1 e ainda...”* sugeriu incluir *“quando couber”*. No art. 7º *“...em função do porte...”* propôs substituir por *“em função das características”*. Finalmente no inciso II do art. 6º alínea *“e”* e *“f”* recomendou cuidado na redação porque estaria alocando obrigação que o empreendedor não teria condição de cumprir, porque a avaliação de alternativas só seria possível junto ao órgão outorgante e sugeriu uma redação semelhante ao do art. 7º, com a supressão de *“alternativas de atendimento”*. Não havendo mais manifestações o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) submeteu a proposta de resolução à deliberação do Plenário, com os destaques da Sra. Cristina Yuan, em separado. A proposta de resolução foi aprovada, assim como o primeiro destaque, para a inclusão de *“quando couber”* ao final do art. 5º. O segundo destaque, alíneas *“e”* e *“f”*, inciso II, art. 6º, mereceu um esclarecimento do Sr. Leonardo Mitri (ANA) sobre as razões pelas quais foram colocadas na proposta, que resultou em uma nova redação da alínea *“e”*. para a alínea *“f”*, sendo aprovada a redação sugerida pela Sra. Cristina Yuan (Indústria). Esgotado o assunto, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) considerou aprovada a proposta, conforme o **Anexo XVI**. Passou ao **Item 3 - Proposta de Moção que recomenda a órgãos e entidades ações para fomentar a integração das políticas públicas de recursos hídricos, florestais e de conservação de solos (Anexo XVII)** e convidou a Sra. Ninon Machado (ONGs) para encaminhar o tema. A Sra. Ninon Machado (ONGs) confidenciou que o encaminhamento poderia ser realizado em conjunto com o Secretário Executivo do CNRH, pelo apoio dedicado à proposta originária no segmento da sociedade civil. Disse que a partir do momento da criação do grupo de trabalho pela CTIL, para discutir a questão, prevaleceu o espírito de aproveitamento de todas as oportunidades de disseminação da idéia de integração das políticas de água, floresta e solo, procurando a identificação dos fóruns onde houvesse a possibilidade de

frutificação e articulações, fundamentais para o sucesso da gestão integrada dos recursos hídricos. Reportou-se às boas contribuições vindas do evento da ABRH, em João Pessoa, especialmente àquela apresentada pela Sra. Patrícia Boson (Indústria), com a recomendação de um pouco mais cuidado, resultando na proposta de moção enviada a todos. Considerando as referências iniciais sobre a desertificação, propôs a inclusão desse tema na proposta de moção, especificamente na alínea “c” do inciso IV, art. 1º, por se tratar de um tema bastante sério dentro da gestão do solo. Sugeriu a continuidade do grupo de trabalho, para o aperfeiçoamento de outras atividades que resultariam em outras propostas, para a promoção das atividades do GT Água e Floresta e Conservação dos Solos, a serem submetidas oportunamente à CTIL e ao Plenário. Finalizou demonstrando esperança na aprovação da proposta de moção e também na sua efetividade por meio da articulação de todos. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) certificou-se do caráter apenas sugestivo da fala final e concedeu a palavra ao Sr. Mauro Viegas (Indústria) para o início da discussão do tema. O Sr. Mauro Viegas (Indústria) declarou que sua participação estaria voltada exatamente para esse tema, especificamente para a Mata Atlântica, na floresta ao longo da Serra dos Órgãos, municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, onde haveria uma enorme devastação. Considerou a proposta de moção muito bem elaborada e cumprimentou os seus autores. Entretanto, observou a aplicação lenta e a longo prazo, enquanto as prefeituras continuariam a autorizar a devastação, como seria do conhecimento de todos, principalmente nessa região e ao longo da bacia do rio Paraíba. Denunciou as autorizações das prefeituras para retirada de árvores, sob quaisquer pretextos, deixando as áreas abertas e favorecendo o aparecimento de interessados para a implantação de projetos, como condomínios horizontais ou extração de madeira para as indústrias de móveis, com prejuízo direto às nascentes. Propôs objetivamente a inclusão de um item destinado às prefeituras dos municípios situados no bioma Mata Atlântica, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em especial, Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis, para que sejam intensificadas as ações no sentido de evitar a devastação florestal e promover a defesa dos mananciais de seus respectivos municípios. Justificou a proposta pela necessidade de sensibilizar os prefeitos municipais, por meio de um contato direto do CNRH. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) reforçou a sugestão e advertiu para a forma de recomendação do documento, para manter o respeito à questão de hierarquia e às competências. Como aperfeiçoamento da proposta sugeriu nova redação ao inciso V, encaminhando o texto à mesa. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) considerou a sugestão como correção de forma, sem necessidade de votação de destaque e com a concordância de todos passou a deliberar a matéria. A proposta de moção foi aprovada. O destaque da Sra. Ninon Machado (ONGs) para acrescentar o tema desertificação na alínea “c” do inciso IV, art. 1º foi aprovado. O destaque do Sr. Mauro Viegas de incluir texto específico para os municípios da Mata Atlântica foi aprovado. Concluída a votação o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) declarou aprovada a moção com os destaques apresentados (*Anexo XVIII*) e passou ao **Item 4 - Apresentação sobre o Projeto Deltamérica** concedendo a palavra ao Sr. Gilberto Canali (SRH/MMA), Coordenador Técnico do Projeto, para sua apresentação. Após os cumprimentos o Sr. Gilberto Canali (SRH/MMA) externou sua satisfação em participar desta reunião do CNRH e comunicou que abordaria a divulgação dos resultados do projeto, de 2003, cujo objetivo seria a criação e implementação de mecanismos de disseminação das experiências e lições aprendidas, em gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços nas Américas e no Caribe. Reputou o assunto extremamente interessante porque na América Latina e Caribe haveria um conjunto de projetos transfronteiriços que se constituiriam em um acervo extraordinário de informações sobre experiências para esses casos de bacias transfronteiriças. Relatou o nascimento do projeto por iniciativa da SRH, a partir da solicitação de recursos financeiros ao GEF, por ocasião da organização do 4º diálogo interamericano de gerenciamento de água, realizado em Foz do Iguaçu-PR. Ressaltou que por questões de tramitação interna no GEF o projeto concretizou-se apenas em 2003, sob a modalidade de doação, num montante aproximado de US\$1 milhão, aos quais se somariam as contrapartidas do Governo Brasileiro e da OEA. Disse que o processo básico do projeto possuiu alguns marcos importantes como a questão do diálogo interamericano, a visão regional sobre a água apresentada no Fórum Mundial do Japão, em 2003 e ainda um processo de disseminação de lições aprendidas e boas práticas, que o próprio GEF vem procurando estruturar a algum tempo. Relacionou os principais projetos existentes como: Bermejo (Argentina e Bolívia); San Juan (Costa Rica e Nicarágua); Frente Marítima do Prata (Argentina e Uruguai); Pantanal/ Alto Paraguai (Brasil); São Francisco (Brasil); Programa-Marco Bacia do Prata (AR,BO,BR,PY,UR) e Amazônia (BO,BR,CO,EC,VE,SU,GY. Apresentou e teceu comentários aos seguintes pontos do projeto: **1. objetivos:** apoiar o aperfeiçoamento de políticas públicas para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos nos países membros da OEA, com base na troca de experiências e informação sobre lições aprendidas em projeto GEF e outros; apoiar a elaboração de uma proposta de Estratégia Inter-Americana em Recursos Hídricos em preparação para o IV Fórum Mundial da Água, a

realizar-se no México em março de 2006. **2. expectativas:** promover a capacitação hemisférica; ampliar a troca de conhecimento, experiências e práticas bem sucedidas na gestão de recursos hídricos, entre instituições e organismos de bacias hidrográficas na ALC; reforçar a colaboração entre países ribeirinhos para a implementação da gestão integrada de recursos hídricos; facilitar o cumprimento de compromissos internacionais; reforçar a Rede Inter-América de Recursos Hídricos; reforçar a participação da sociedade no gerenciamento de recursos hídricos. **3. instrumentos:** diálogos Regionais, workshops e eventos; envolvimento de instituições e especialistas dos países envolvidos no projeto; fóruns virtuais; mecanismos de comunicação e informação de fácil acesso e descentralizados, e **4. resultados do projeto:** Diálogos Regionais: Brasília, Montevideu, Castries (St. Lucia) e Lima; workshops Brasília, Buenos Aires, San José (Costa Rica), Trinidad, El Paso, San Salvador; V Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas, Montego Bay, Jamaica, outubro, 2005; apoio à preparação do Projeto GEF-Amazonas; apoio ao desenvolvimento do Projeto ISARM-Américas; fóruns virtuais no Cone Sul e Vertentes Pacífico Sul; reformulação do sítio web central e implantação de 6 sítios descentralizados - Nós Regionais - da RIRH; proposta de Plano Estratégico e novo Estatuto da RIRH; proposta de criação de Biblioteca Virtual de Boas Práticas; proposta de criação de Prêmio RIRH de Boas Práticas; Declaração de Lima sobre Gerenciamento de RH Transfronteiriços; proposta de Estratégia Comum entre os Países da América Latina e Caribe para a Gestão de Águas e, publicações. Informou o grande interesse e apoio do Secretário Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) desde o início do projeto, tendo participado praticamente de todos os eventos e elaborando, ao final, o conceito do que viria a ser uma proposta de estratégia interamericana para a cooperação horizontal entre os países, no sentido de avançarem no cumprimento desses compromissos internacionais. Concluiu relatando o interesse despertado nos demais países que vêm no Brasil uma liderança indiscutível na promoção de um assunto crucial para o desenvolvimento da região. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) retomou a palavra registrou, agradeceu e parabenizou ao Sr. Gilberto Canali (SRH/MMA) pelo excelente trabalho realizado, extremamente elogiado pelo GEF. Ressaltou a condução fantástica desse trabalho, que culminou com o *despertar* do GEF para iniciativas desse nível e a sua utilizando como modelo em outras regiões do planeta - África, Ásia e Europa. Anunciou a publicação do trabalho, brevemente e comprometeu-se a remeter os exemplares à todos conselheiros. Avaliou que a Rede Interamericana poderia avançar nesse intercâmbio de informações, com a utilização desses instrumentos, comunicou que no Fórum Mundial da Águas a rede estaria promovendo uma renovação de sua composição e convidou a todos interessados a se filiarem. Noticiou a aprovação da proposta no âmbito dos pontos focais pertencentes à rede, no tocante a recursos hídricos, sendo também discutida no Diálogo Interamericano, onde foi recomendada a sua aprovação. Destacou o encaminhamento desse tema, pela Ministra Marina Silva, ao PNUMA e ao Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe realizado recentemente em Caracas, com a aprovação da proposta final a ser lançada no Fórum Mundial das Águas. Ratificou o compromisso assumido pelo Brasil e México, no sentido de consolidar esse documento e proceder a publicação com o apoio do PNUMA e OEA, como uma resposta da região América Latina e Caribe demonstrando a disposição de se avançar nas questões das águas. Disse que no evento ocorrido em Foz do Iguaçu pode constatar com satisfação o processo de apoio do Brasil aos demais países latino americanos, como a Colômbia, Peru, Paraguai, Bolívia, porque entende de fundamental importância o desenvolvimento de seus sistemas de gestão de recursos hídricos, como a forma de evitar o reflexo dos impactos aqui no Brasil. Concluiu afirmando que essa percepção norteou a elaboração dessa estratégia de integração da região, cuja expectativa teria nascido no Fórum Mundial das Águas, em Quioto, ao perceber a falta de uma ação comum entre a América Latina e Caribe, enquanto as outras regiões atuavam em bloco. **Informes.** Lembrou a Moção aprovada pelo CNRH no sentido de desenvolver esforços para uma melhor participação no Fórum da México e informou sobre a portaria da Ministra instituindo o Grupo Ministerial para acompanhar e formatar, juntamente com a sociedade civil e usuários, a efetivação dessa participação. Concedeu a palavra a Sra. Ninon Machado (ONG) que externou sua satisfação por perceber a preparação dos segmentos para participarem do Fórum do México. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) informou que brevemente serão disponibilizadas pelo coordenador do fórum as informações sobre as melhores condições de deslocamento e hospedagem para os participantes. A Sra. Ninon Machado (ONG) informou a realização de uma reunião em Buenos Aires, para analisar a proposta apresentada pelo consultor do Banco Mundial, cuja contestação encaminharia ao CNRH. Lembrou da Conferência Ibero-Americana, onde haveria um GT do Fórum Brasileiro de ONG's, para discussão das posições latino e ibero americana, numa continuidade de Buenos Aires. Registrou a sua participação e do Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) na comissão organizadora do evento, a ser realizado de 05 a 09 de dezembro em Fortaleza. Leu e solicitou a transcrição em ata, de sua manifestação sobre o Ofício nº 078/2005/CNRH/MMA, do Sr.

Marley Caetano de Mendonça (SRH/MMA), em resposta à Carta de 18/07/2005, apresentada na XIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. “*Senhora Presidente do CNRH, Senhor Secretário Executivo e Senhores Conselheiros e Conselheiras. Na 13ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, realizada em 18 de julho passado, cuja ata acabamos de discutir e aprovar, está registrado o pedido ao titular do Ministério da Integração, cujo inteiro teor está integralmente reproduzido a partir da linha 440 até 569 da referente ata. Portanto, todos que estão presentes e que acabaram de ler a ata têm conhecimento de seu teor. Pelo ofício 78/2005/CNRH/MMA, datado de 25 de novembro corrente, assinado pelo Secretário Executivo Substituto, foi encaminhada informação extraída da consulta que o CNRH havia formulado ao Ministro da Integração, cujo teor passo a ler e que peço sua reprodução em inteiro teor na ata desta Sessão Ordinária, juntamente com esta manifestação. “Ofício no. 078/2005/CNRH/MMA. Brasília, 25 de novembro de 2005. A Sua Senhoria a Senhora Ninon Machado de Faria Leme Franco, Conselheira Titular do CNRH, Rio de Janeiro – RJ. Assunto: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Carta de 18/07/2005, apresentada na XIII Reunião Ordinária do CNRH). Senhora Conselheira, 1. Em atenção à Carta de 18/07/2005, apresentada na XIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, encaminhamos consulta ao Ministério da Integração Nacional, que informou o seguinte: a evolução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, desde o ano 2000, modificou pressupostos anteriores, em que se basearam o documento anexado. O próprio CNRH, ao aprovar o aproveitamento hídrico para o empreendimento, condicionou os usos da água e também suas regras operacionais, o que se sobrepõe a considerações pretéritas; o documento anexado mostra um caráter preliminar e não conclusivo, ao declarar a deficiência de recursos para uma análise mais abrangente do assunto e colocar seu parecer como primeiras impressões e não conclusões (§ 7º, Pág. 02); em documento posterior da mesma instituição, também reservado, datado de junho de 2003, denominado “Impacto Social da Irrigação no Semi-Árido Brasileiro”, foram ressaltados os inúmeros benefícios da irrigação para o alívio da pobreza na região e indicadas as restrições existentes no Nordeste Setentrional, justamente a área beneficiada pelo Projeto de Integração, quanto à escassez hídrica decorrente tanto da competição por diferentes usos da água como da variabilidade interanual da oferta hídrica, com riscos elevados de racionamento nos anos secos. Atenciosamente, Márley Caetano de Mendonça. Secretário de Recursos Hídricos Substituto.” Fica evidente que o documento que havia eu recebido, por destinatário anônimo é cópia fiel ou melhor foto copiada do documento encaminhado pelo Banco Mundial ao Ministro da Integração, em 2001. Todavia, o referido expediente não autorizou administrativamente a quebra do sigilo por mim solicitada, do documento em discussão, encaminhado ao Ministério da Integração pelo Banco Mundial, em 2001. Felizmente, o curso dos acontecimentos facilitou as coisas para este Plenário, entre outros fatos significativos,- que são muitos-, como as diversas ações e decisões judiciais entre outros, está a publicação pelo Banco Mundial do Volume 7 da Serie Água Brasil, cujo tema é TRANSFERENCIA DE AGUA ENTRE BACIAS HIDROGRAFICAS, datada de julho de 2005. Nesse novo título da Serie, são autores profissionais do Banco Mundial mas também peritos da estatura do Professor Rubem La Laina Porto, que não precisa de maiores apresentações. No Capítulo 4, as fls 43 e seguintes, estão registrados todos os dados e comentários do Banco Mundial que extrapolam às informações e comentários da referida carta de 2001, que nesse sentido ficou superada. Agora os dados estão públicos e publicados pelo Banco Mundial, que tece comentários, inclusive sobre a documentação do Ministério da Integração que serviu de base para seu pedido a este Conselho de Estado. E sua posição continua sendo de crítica ao projeto por diversos aspectos inclusive de sustentabilidade econômica, entre outros. Não vou aqui tecer maiores considerações, este Plenário tem agora à sua disposição informações e comentários de peritos que o Banco Mundial congregou para dar lastro e maior credibilidade à sua posição. Como já mencionei em minha carta de 18 de julho passado, registrada em ata, a sociedade civil não tem com o Banco Mundial e outras agências multilaterais relações de parcerias estreitas como tem a Administração Federal, e mesmo é mais comum as críticas severas que as ONGs, em especial o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais e as Redes integrantes do FBOMS. Nesse caso, embora não tenhamos qualquer alinhamento às doutrinas do Banco, considera a sociedade civil que as medidas propostas de efetiva gestão integrada dos recursos hídricos para atender à demanda das regiões carentes do Nordeste devem ser vistas como caminhos mais sustentáveis e de justiça social. Não há dúvida que a Administração Federal reconhece no Banco um ator estratégico para a questão da água no Brasil e isto está explícito quando o ofício do Secretário Executivo, substituto, refere-se ao documento do Banco Mundial Impacto Social da Irrigação no Semi Árido Brasileiro, também reservado. A questão que se coloca aqui não é apenas da solidariedade hídrica, mas a falta do atendimento aos ditames da Lei*

799 9433/97, em especial a forma pouco democrática como a Administração Federal agiu ao fechar questão
800 sobre o caso, na sessão do dia 29 de outubro de 2004, elidindo a discussão do caso- de tamanha
801 repercussão nacional e internacional- , pelo precedente que pode ser levantado por outros países com os
802 quais compartilhamos setenta e quatro bacias. Não poderemos agir de modo diverso com o pedido de
803 outro país, caso haja demanda por água. Isto é um caso a pensar, tendo em conta ser água um tema de
804 agenda internacional. Gostaria de registrar, que passados mais de treze meses tempo mais que suficiente
805 para que houvesse negociação nas Câmaras Técnicas do CNRH e mesmo ser este Conselho de Estado o
806 árbitro das divergências, está a Administração Federal correndo em Juízo para contestar ações,
807 derrubar liminares, tendo uma judicialização do caso que se bem negociada, com transparência e na
808 forma dos preceitos e princípio do gerenciamento integrado dos recursos hídricos seria mais rápido e
809 efetivo. A História registra casos similares. Não vou citar nenhum, pois tenho certeza que cada um dos
810 conselheiros e conselheiras têm uma lista de exemplos de projetos mal formulados que ao final
811 repousam nas estantes dos arquivos mortos das repartições, com esqueletos e sucatas de materiais,
812 aumentando o que os economistas chamam de “ Custo Brasil” como também criando na sociedade
813 brasileira uma descrença de que poderemos suplantar essas barreiras e resquícios do autoritarismo que
814 ainda relampejam vez por outra no cenário nacional. Apenas, peço a este Plenário, que juntemos
815 esforços para que possamos de modo construtivo trazer a questão da transposição das águas do Rio São
816 Francisco para uma discussão e negociação nos termos da Lei 9433/97. Isto fortalecerá o SINGREH,
817 mas também fortalecerá o processo democrático que pretendemos perene em nosso País. Assim solicito
818 ao Plenário que à vista do acima informado, tome a melhor e a mais sábia decisão. Respeitosamente.
819 Brasília, 28 de novembro de 2005. Ninon Machado de Faria Leme Franco. Membro titular-Instituto
820 Ipanema/FBOMS.” Ao finalizar a leitura, encaminhou o documento à mesa para disponibilização aos
821 conselheiros, com abrangência, inclusive, das questões do rio Paraíba do Sul, do Guandu e suas
822 conseqüências. Rogou ao Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) para a abertura da negociação nesse âmbito,
823 evitando desse modo a judicialização do caso e realmente se buscasse uma solução dentro do SINGREH e
824 do CNRH. Reiterou a solicitação de transcrição em ata de todo o material e agradeceu a atenção de todos.
825 Não havendo mais manifestações ou informes, às 14h40, o Sr. João Bosco Senra encerrou a XIV Reunião
826 Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, convidou a todos a participar do Seminário
827 Nacional para consolidação dos planos, diretrizes e programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a
828 ser iniciado às 16h00 com a presença da Ministra Marina Silva. Finalmente, disse que, uma vez aprovada
829 pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela
830 Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.
831 Ata aprovada na 17ª Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 30 de janeiro de 2006.

832
833
834 MARINA SILVA
835 Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo